

Mudança climática e a necessidade de diálogo intergeracional



» RAFAEL AMARAL SHAYANI
Professor de engenharia e mudanças climáticas da Universidade de Brasília (UnB)

época em que os efeitos das mudanças climáticas ainda não eram claramente conhecidos, e os primeiros indícios de que problemas viriam eram previstos apenas para serem sentidos por gerações bem distantes. Esse raciocínio, apesar de completamente desatualizado, ainda é reinante na forma como as decisões são tomadas.

Considere a transição energética e a situação brasileira. Para termos mais veículos elétricos (evitando a queima de gasolina), fogões elétricos (evitando a queima de gás) e até mesmo grandes obras de infraestrutura, como estações de tratamento de esgoto para milhares de municípios que não têm saneamento básico, será necessário um aumento considerável da geração de eletricidade no país. Com a inviabilidade de construção de novas usinas hidrelétricas de grande porte, devido ao impacto ambiental e social, a resposta padrão é garantir a segurança energética por meio da exploração de petróleo na Margem Equatorial e ingressar no fórum OPEP+. A narrativa tradicional afirma que precisamos explorar os combustíveis fósseis para garantir a transição energética, por mais incoerente que esse raciocínio seja.

As novas gerações de brasileiros, entretanto, têm uma consciência ambiental muito mais aflorada. Eles cresceram ouvindo falar das mudanças climáticas, estudaram na escola formas de economizar energia e, agora, estão sentindo na pele os efeitos das ondas de calor que assolam o país. A moderação ganha muito mais valor para essas pessoas do que o estímulo ao consumismo desenfreado dos atuais governantes. O lema "lucro acima de tudo" não tem eco entre elas.

Para vencer essas dicotomias, a economia, como a conhecemos, precisa ser reinventar. Na verdade, precisa circular. Um exemplo bem próximo dos consumidores é a importância da reciclagem, que

gera um promissor mercado com receita e novos empregos, além de reduzir o lixo produzido pelas cidades. A coleta seletiva e os processos de triagem do lixo devem ser estimulados e aprimorados. Produtos reciclados devem ganhar mais espaço na economia do que produtos que utilizam matéria-prima nova em sua fabricação.

Para além do Brasil, a mudança climática é um desafio de proporções que exigem uma revisão da forma como a sociedade está estruturada. Quando a nova geração, com maior consciência ambiental, estiver em cargos que permitam tomada de grandes decisões, com certeza, não repetirá o modelo das últimas décadas, em que, para ter crescimento, era necessário sacrificar o meio ambiente. Até porque isso se apresentará como única saída.

E, por meio de soluções criativas e inovadoras, como aproveitamento dos gases emitidos em lixões e estações de tratamento de esgoto para gerar eletricidade e até aproveitamento do potencial oceânico do litoral brasileiro para gerar eletricidade limpa, a nova geração, intuitivamente, lembrará das ondas de calor que vivenciou, das chuvas torrenciais que alagaram centenas de cidades, da seca que tornou o ar difícil de respirar por vários dias, e manterá o rumo para equilibrar economia e meio ambiente.

Mas não podemos esperar tanto! As mudanças climáticas já forçaram os países a se unirem em um esforço climático global, por meio do Acordo de Paris, e, agora, pressionam os governantes a envolverem as novas gerações nas decisões tomadas. Essas são mudanças notáveis, que impulsionam a humanidade para um novo estágio de maturidade, necessário para lidar com a crise climática. Sábios os governos que ouvem e incorporam os anseios, as ideias criativas e as preocupações das novas gerações.

Estamos planejando o futuro olhando para o retrovisor. A crise climática gerou uma nova situação para toda a humanidade que não poderá ser resolvida com soluções antigas. Mesmo após diversas conferências sobre o clima, desde a Eco 92 até a COP30, que será realizada no Brasil neste ano, os países tendem a concordar que são necessárias ações urgentes para combater a mudança climática e definem metas de redução da emissão de gases de efeito estufa, mas, na prática, o problema apenas se agrava. Por que isso ocorre?

A incoerência entre o discurso de transição energética e a efetiva ação repousa no modelo tradicional baseado em crescimento econômico. Apesar de os países concordarem que reduzir, reutilizar e reciclar são aspectos fundamentais, na prática tal atitude desacelera a economia. Logo, não é colocada em prática de forma efetiva.

O paradigma dos governantes mundiais, tanto os atuais quanto os das últimas décadas, visa estimular o consumo como forma de gerar mais empregos, o que é um raciocínio válido. Porém, não leva em consideração o impacto ao meio ambiente. Você é estimulado a consumir, descartar e, então, consumir novamente. Caso um equipamento quebre, é melhor descartá-lo e comprar um novo do que consertá-lo.

Os atuais governantes mundiais são, em sua maioria, da terceira idade. Eles cresceram em uma



Trump, o flibusteiro



» GUILHERME FRIZZERA
Mestre em ciências em integração da América Latina pela USP, doutorado em relações internacionais pela UNB. Professor e coordenador do curso de relações Internacionais na Uninter

autodeterminação dos povos.

Além da violação dos direitos fundamentais dos presos, direitos estes que permanecem e devem ser garantidos durante o cumprimento da pena, violam-se outros dispositivos. No sistema de execução penal norte-americano, a pena não é supervisionada pelo Poder Judiciário, mas, sim, guiada por um modelo administrativo, cuja participação do Judiciário se impõe apenas em situações de violações constitucionais. Ou seja, em havendo qualquer tipo de violação de direitos fundamentais, de tortura, penas indevidas, não haveria fiscalização por meio do órgão fiscalizador competente. Ao abdicar do dever de julgar e punir os próprios cidadãos, os Estados Unidos rebaixariam sua credibilidade como modelo jurídico e abriram precedentes para a instrumentalização da justiça penal como ferramenta de barganha diplomática.

Contudo, não é de hoje que Donald Trump adota políticas questionáveis e que não demonstram qualquer preocupação com o cumprimento da lei e a garantia de direitos. A ideia de deslocar forçosamente a população de Gaza constitui uma violação direta do direito à autodeterminação dos povos, princípio basilar do direito internacional. A realocação compulsória de populações tem precedentes históricos sombrios, associados a crises humanitárias e impactos sociais de longo prazo. Na lógica trumpista, a solução para problemas complexos passa por um redesenho geopolítico arbitrário, ignorando as raízes dos conflitos e os direitos daqueles diretamente afetados. Em sua ideologia, somente ele teria a solução correta para os problemas mundiais, mostrando, mais uma vez, a visão centralizadora que os Estados Unidos têm de si mesmo.

Se Walker não agiu sozinho, tampouco Trump age. O flibusteiro do século 19 contou com apoio de interesses comerciais e expansionistas, assim como Trump é impulsionado pelos verdadeiros donos do poder: magnatas da tecnologia como Elon Musk e Mark Zuckerberg. Seu populismo e ataques às instituições não são apenas traços pessoais, mas servem aos que controlam a economia digital e a infraestrutura da informação. O poder tradicional migrou para grandes conglomerados tecnológicos, tornando Trump um agente útil, desviando a atenção das forças que realmente remodelam o mundo.

A comparação com Walker vai além da disposição de ambos em ignorar normas internacionais. Assim como Walker expandiu a influência americana por meio de intervenções diretas, Trump busca reconfigurar territórios conforme interesses específicos, projetando crises internas para fora. A instabilidade política, o descontentamento social e a criação de inimigos externos transformam a política expansionista em válvula de escape. Como Walker explorou fragilidades externas para consolidar poder, Trump usa crises domésticas para justificar medidas radicais fora das fronteiras.

Flibusteiros seguem um ciclo previsível: exploram fragilidades, convencem aliados temporários e, quando a realidade se impõe, são descartados. Walker teve apoio de setores nicaraguenses que, ao perceberem que seu flibusteirismo só o beneficiava, deixaram-no à própria sorte. Trump e seus parceiros que vendem ilusões talvez descubram o mesmo: a história não protege aventureiros por muito tempo. No final das contas, o legado desses flibusteiros será, como sempre, uma história de ilusões desfeitas e ambições fracassadas.

» RAÍSSA DE PAULA XAVIER

Bacharel em direito, advogada criminalista, professora/tutora na Uninter

Em 1856, William Walker, um flibusteiro americano, autoproclamou-se presidente da Nicarágua após uma expedição militar não autorizada. Médico, advogado e jornalista, destacou-se por comandar incursões privadas na América Central. Com apoio de mercenários e interesses externos, tomou o poder, reintroduziu a escravidão e buscou moldar o país conforme interesses expansionistas dos EUA. Sua trajetória exemplifica o flibusteirismo, termo que designa indivíduos que intervêm em territórios estrangeiros para promover interesses próprios. Mas e se esse conceito ainda fosse atual? Seria Trump um flibusteiro dos interesses ocultos do poder real?

Trump propôs medidas que desafiam normas internacionais e direitos humanos. Entre elas, a transferência de cidadãos americanos condenados para prisões estrangeiras mediante compensação financeira e a realocação dos habitantes de Gaza para nações vizinhas, com os EUA assumindo o controle da região. Essas iniciativas reacendem um histórico de políticas unilaterais que ignoram soberania e

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

Modelos e modelos

Uma pergunta que parece ecoar desde sempre, ou pelo menos desde que inventaram as empresas estatais, busca saber, sem evasivas, a quem essas instituições do Estado realmente servem. A questão ganha uma embalagem mais personalista quando se nota que essas empresas, ao contrário de outras desligadas do Estado e que, por isso mesmo, têm que se virar para sobreviver num ambiente totalmente hostil, possuem uma espécie de salvo-conduto que as tornam imunes a tudo, inclusive à má administração e aos rigores da falência.

Por suas características exclusivas, as estatais não se enquadram dentro dos princípios de competição, excelência, transparência e eficiência que marcam as empresas dentro de um regime de livre competição ou dentro de quaisquer outros requisitos próprios do capitalismo. Em regra, as estatais seguem um enevoado e distorcido princípio do capitalismo de Estado sem o qual elas não sobreviveriam num mundo comandado pelas forças do mercado e pela preferência dos consumidores.

Não por outra razão, os Correios, por exemplo, em 2024, fecharam as contas com um rombo de R\$ 3,2 bilhões, segundo o Ministério da Gestão e Inovação. O cálculo para as estatais em geral foi de R\$ 7,2 bilhões de prejuízo. Essas empresas seguem em frente confiantes de que isso é apenas mais um pequeno detalhe. Nitem que esse passivo não será debitado no caixa dessas empresas, mas na conta dos pagadores de impostos. Deficit nas contas do governo é um outro nome para dizer que os cidadãos estão devendo ao Estado, o que pode ser atenuado com o aumento de impostos e outras taxas.

Diante de uma realidade cruenta como essa, a outra pergunta que fica busca entender por que seguimos preservando as empresas estatais se elas, mesmo com todo o aporte público, não geram lucros ou benefícios diretos para os cidadãos. Que se saiba, nunca houve aumento salarial decorrente de bônus gerados pelas estatais. De fato, as riquezas que essas empresas prospectam fluem diretamente dos cofres públicos. Em outras palavras, estão nos cofres públicos ou no Tesouro Nacional o pré-sal e outras riquezas que essas empresas dizem produzir. Sendo assim, abre-se aqui a primeira porta a revelar a quem as estatais servem de fato.

Quando o país não está em primeiro lugar, essas empresas servem primeiramente às políticas do governo no comando do Estado, mesmo que essas ações contrariem a lógica e o bom senso. Pela abertura de uma segunda porta, é revelado que as estatais servem diretamente ao governo, mesmo que dissociadas das necessidades da população. Seguindo em frente por esse labirinto burocrático, verificamos que as estatais, ao fim e ao cabo, servem aos políticos, sobretudo àqueles alinhados à base governista.

Outras brechas indicam, ainda, que as estatais servem também às dezenas de partidos que orbitam em torno do governo. Abrindo-se outras portas, as quais os públicos não têm acesso, é visto que as estatais, que a tantos senhores obedecem, servem também aos chamados campeões nacionais ou empresários que encontraram nessas empresas o filão de ouro que desejam. Não surpreende, pois, que, em nove de cada 10 escândalos de corrupção, esses personagens são sempre vistos na cena do crime.

O que temos aqui é um imenso balaio estatal em que estão reunidos membros do governo, políticos e empresários, todos juntos e misturados. Mas engana-se quem pensa que esses são os únicos embarcados nesse transatlântico estatal. A eles se juntam hoje boa parte dos artistas, que comungam do mesmo credo ideológico em voga.

A última porta a descortinar o mundo fantástico das estatais mostra que, internamente, vista do ponto de vista dos trabalhadores dessas empresas, nem mesmo os fundos de pensão, que eles mantinham como esperança de aposentadorias dignas, foram deixados de fora dessa razia e, hoje, amargam prejuízos bilionários. Dizer o quê?

» A frase que foi pronunciada

‘Os Correios são do Brasil. Os Correios são um gigante que acordou.’

Gal Floriano Peixoto, gestão com 3,7 bilhões lucro em 2021.

Ação

» Muitos caminhões e obras pela cidade, o que é uma coisa boa. Infelizmente, as faixas de pedestres que precisam de tinta não receberam a manutenção ainda, o que piora a segurança nos dias de chuva.

» História de Brasília

Volta-se, agora, contra este columnista, a verrina do sr. Hélio Fernandes, que procura confundir as coisas e as pessoas, para sair melhor com as “coisas” e de bem com as pessoas. (Publicada em 27/4/1962)